



## PERIÓDICO O TRABALHO: “SOCIALISMO DE CENTRO” E MILITÂNCIA ANTICOMUNISTA E ANTI-INTEGRALISTA NA IMPRENSA OPERÁRIA MAFRENSE (1934-1935)

Jéssica Andressa Zucco Valente <sup>1</sup>

Fernanda Cássia dos Santos <sup>2</sup>

**Resumo:** Na cidade de Mafra/SC, em setembro de 1934, tiveram início as publicações do jornal O Trabalho, um órgão informativo do então sindicato dos ferroviários do município, a organização local do Sindicato Ferroviário Catarinense. Ativo até novembro de 1937, esse periódico semanal noticiou assuntos referentes às ações sindicais, esportes, atividades sociais e atualidades, sendo a conjuntura política da época um dos temas mais recorrentes. Havia, nesse contexto, uma disputa em âmbito internacional entre comunistas e integralistas e os redatores do jornal participaram desse debate político. Defendendo uma ideologia autodeclarada como “socialista de centro”, o periódico publicou inúmeros artigos inflamados, se posicionando simultaneamente contra as correntes fascistas europeias e o comunismo russo. Não demorou muito para que os redatores se posicionassem também com relação ao integralismo, dedicando para isso bastante do seu espaço, inclusive da primeira página. Nesse sentido, essa pesquisa analisa o discurso produzido pelo jornal O trabalho entre os anos de 1934 e 1935 no que diz respeito à configuração de sua identidade como “socialista de centro”. Compreendendo que essa construção identitária foi feita através da desqualificação de comunistas e integralistas, investigamos, ainda, a forma como foram definidas essas alteridades no discurso do jornal. Por fim, dadas as características do próprio discurso do periódico, apresentamos algumas reflexões sobre a forma como razão e paixão se articulam na construção desses discursos sobre identidades e alteridades.

### INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, a História se restringiu apenas a questões políticas, limitadas a disputas pelo poder e sua manutenção. Já no Antigo Regime, a História legitimava o sistema monárquico e seu soberano e, mais tarde, com as revoluções e quedas desses regimes, passou a legitimar o Estado e a nação. Essa concepção de História levou à construção de análises elitistas, baseadas numa narrativa linear e que só abordavam alguns personagens de destaque, negligenciando os diversos atores envolvidos na dinâmica de uma sociedade. Em suma, como afirma René Remond (2003, p. 18), a História apresentava fatos, mas não refletia sobre eles, quer dizer, era superficial.

Foi contra essas características que um grupo de historiadores se pronunciou, formando a primeira geração da Escola dos Annales, na década de 1930. Nesse período, marcado pelo advento da democracia política e social, a História Política foi considerada antiquada e caiu no esquecimento. A partir de então, os historiadores passaram a se interessar pela história dos anônimos, das massas, com abordagens voltadas para as esferas econômicas e sociais.

Com o acontecimento das duas guerras mundiais, no entanto, os historiadores voltaram a se questionar sobre a influência do político na sociedade, e a História Política retornou às suas análises. Entretanto, esse retorno ao político não se deu a partir dos antigos paradigmas negados pelos Annales. De acordo com Remond (2003, p. 28) “a Nova História Política se apropriou de uma gama muito grande de problemas que antes não lhe diziam respeito e com os quais a antiga História Política não se preocupava” de modo que “medidas relacionadas com o saneamento público, água, a construção de moradias, hospitais, segurança, cultura, meio ambiente, entre outras, aproximavam a História Política das massas e lhe deram a possibilidade de cobrir uma quantidade muito maior de objetos e de ‘verdades históricas’”. Assim, temas antes ignorados passaram a chamar a atenção dos historiadores, como as prostitutas, feitiçadeiras, pobres, crianças, o poder, diferentes formas de crenças, etc.

No ritmo dessa renovação, na década de 1980, Pierre Ansart rompeu com a separação entre razão e sentimento na política, introduzindo o es-

1 Acadêmica do Curso de Licenciatura em História pela UEPG. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina de OTCC.

2 Orientadora. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná e docente da ESEBA - Universidade Federal de Uberlândia, MG. E-mail: fernanda.cassia@ufu.br

tudo das afetividades na configuração dos partidos políticos e da militância (BRESCIANI; ANSART, 2002, p. 8). Desse modo, o paradigma do predomínio da razão no comportamento ocidental foi colocado em cheque, inclusive no âmbito da política. Assim, as ideologias que conferem coesão a partidos e movimentos políticos, por exemplo, passaram a ser objetos de estudos da História.

Nessa perspectiva, nossa pesquisa pretende ser uma contribuição para os estudos da Nova História Política ao analisar o discurso do jornal sindicalista *O Trabalho* acerca do integralismo e do comunismo em Mafra/SC. Esse periódico semanal iniciou suas publicações em 1934, como um órgão informativo do então sindicato dos ferroviários de Mafra. Nesse contexto, havia uma disputa em âmbito internacional entre comunistas e integralistas e os redatores do jornal participaram desse debate político. Defendendo uma ideologia autodeclarada como “socialista de centro”, o periódico publicou inúmeros artigos inflamados, posicionando-se simultaneamente contra as correntes fascistas europeias e o comunismo russo. Não demorou muito para que os redatores se posicionassem também com relação ao integralismo, dedicando para isso bastante do seu espaço, inclusive da primeira página. Já numa primeira leitura, percebemos nas manchetes e nos próprios textos publicados, um forte desprezo com relação a essas duas correntes ideológicas, o que abriu possibilidades para que nos interrogássemos a respeito dos sentimentos que são acionados pelo discurso político produzido por esse jornal.

Para analisar o discurso produzido pelo jornal, dialogamos com os pressupostos da Nova História Política, compreendendo as ideologias como um sistema de ideias e sentimentos que assumem diferentes formas através do tempo, em que cada grupo defende ser o portador legítimo da verdade. Dessa forma, criam-se discursos para deslegitimar o pensamento dos opositores, inspirados por sentimentos como ódio e desprezo.

Ao desqualificar comunistas e integralistas, os redatores do jornal *O Trabalho* construíram um aparato ideológico próprio, através do qual defi-

niram sua própria identidade como “socialistas de centro”. Esse princípio de alteridade é uma das bases da formação das identidades dos partidos e movimentos políticos. Difamar o “outro”, nesse sentido, é uma forma desses grupos reforçarem quem são dizendo: “nós não somos isto” (SAMWAYS, 2014, p. 25). Em decorrência disso, seguindo a análise de Raoul Girardet (1987, p. 57), entram em cena os mitos e as mitologias políticas. Esses mitos políticos, que sempre vêm acompanhados de um “salvador”, criam um “outro” carregado de características maléficas, inculcando medo na sociedade e tornando urgente atitudes para combatê-lo.

O jornal *O Trabalho* funcionou até dezembro de 1937, mês em que publicou sua última edição, declarando que iria fechar temporariamente sem esclarecer o motivo. Não encontramos, no entanto, informações a respeito de uma reabertura desse periódico. Durante os três anos em que ele funcionou, foram publicadas 150 edições, das quais 99 estão disponíveis na biblioteca municipal de Mafra/SC. Desses documentos, selecionamos o primeiro ano de funcionamento do jornal para a pesquisa desse TCC se tornar viável, com a pretensão de trabalhar com o restante da documentação futuramente.

Sabemos que o movimento integralista teve adesão em Mafra através de uma foto que retrata uma numerosa reunião de integralistas com o braço estendido, fazendo a conhecida saudação “Anauê”. Essa foto está disponível no site “ClickRiomafrá” em publicação de 2011 com fotos históricas do município de Mafra, em homenagem aos, na época, 94 anos da cidade. Entretanto, apresenta apenas a legenda “Integralistas”, sem informar a data, local ou a quem ela pertence.<sup>3</sup> Não há indícios de que o comunismo tenha tido adeptos em Mafra/SC, mas o fato de o jornal *O Trabalho* ter se dedicado a combatê-lo indica que havia um debate no município a respeito dessas ideologias políticas. Entretanto, não há estudos publicados sobre esse tema em Mafra ou sobre o periódico sobre o qual aqui nos debruçamos.

As discussões sobre comunismo e integralis-

3 Mafra 94 anos – Fotos históricas. Disponível em: <http://www.clickriomafra.com.br/portal/noticias/riomafra/?p=7166>. Nesse mesmo site, em 2012, foi publicado um artigo do professor rionegrense Fabio Reimão de Mello, com o título “‘Anauê’: o integralismo em Riomafrá”. Esse artigo, no qual o professor se limitou a fazer uma explicação geral sobre o integralismo, acrescentando que Riomafrá também militou nesse movimento, é ilustrado com a mesma foto, mas também sem nenhuma informação sobre ela. (“Anauê”: o Integralismo em Riomafrá. Disponível em: <http://www.clickriomafra.com.br/guia/fatos-historicos/anaue-o-integralismo-em-riomafra/>).

mo no Brasil durante a década de 1930, por seu turno, já foram mapeadas pela historiografia. Nesse sentido, podemos citar Hégio Trindade, que na obra “Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30” (1974) se preocupou em entender a natureza desse movimento, defendendo a sua semelhança com o fascismo europeu. J. Chassin, com a mesma preocupação, na obra “O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade do capitalismo” (1999) negou o caráter fascista do integralismo, baseado no princípio ontológico de Marx, considerou superficial o mimetismo ideológico utilizado por Trindade. Acerca do comunismo no Brasil, João Quartim de Moraes (1991) analisou o seu surgimento e como se processou a influência do comunismo Russo na esquerda brasileira. No tocante aos movimentos antifascistas, Angela Meirelles de Oliveira (2013) estabeleceu uma comparação entre as diferentes linhas de pensamento que circularam pelo Brasil e demais países do Cone Sul.

Esses movimentos políticos, bem como a construção de ideologias que a eles são associadas, são bastante complexos e permitem análises através de diferentes perspectivas. Nosso trabalho, nesse sentido, pretende contribuir para essa historiografia apresentando uma leitura comprometida com a articulação entre a história local do município de Mafra e o contexto brasileiro da época.

Assim, esse texto está dividido em três partes. Começaremos analisando o discurso do jornal acerca do “outro” comunista e, na segunda parte, em relação ao “outro” integralista. Por fim, compreendendo que o periódico construiu a sua identidade como “socialista de centro” através da desqualificação de comunistas e integralistas, analisaremos o discurso produzido pelo periódico no que diz respeito à sua configuração identitária. Dadas as características do próprio discurso do periódico, pretendemos também apresentar algumas reflexões sobre a forma como razão e paixão se articulam na construção desses discursos sobre identidades e alteridades.

Como metodologia, nos baseamos nos pressupostos sugeridos por Tânia Regina de Lucca (2013, p. 111-153) para o trabalho com jornais. Nesse sentido, a autora aponta para a importância de constituir uma série significativa. Ao analisarmos as ideias e informações contidas nesse tipo de fonte é necessário considerar o contexto

em que elas foram produzidas, para evitar tomar como fatos objetivos algo que é permeado pela subjetividade. Dada a influência que a imprensa exerce sobre a opinião pública, ela não pode ser vista como um órgão compromissado com a imparcialidade, pois seus discursos são ditados por intenções. Estas podem ser derivadas da ideologia do grupo dirigente, da pressão publicitária, do governo ou até mesmo da necessidade de agradar seu público-alvo, lembrando que o jornal é, também, um produto. Apenas através da análise de séries extensas que essa complexidade que envolve cada linha veiculada nos periódicos pode ser averiguada.

No caso do jornal *O Trabalho*, como seu público-alvo era o operariado, sua intenção parece ser promover ideias que possibilitassem uma melhoria das suas condições de trabalho, mas que não derrubassem o regime político vigente como propunham as ideologias comunista e integralista que circulavam na época. O jornal se apresentava como um “órgão de colaboração com o governo constituído, sem quebra de sua independência e dignidade” (*O TRABALHO*, 07 set. 1934, p. 1). A publicação era comercializada e contava com anúncios publicitários para se manter. Desse modo, não podemos considerar seu discurso totalmente independente.

De acordo com Tânia de Lucca, questões relacionadas à materialidade do jornal também devem ser exploradas. Quer dizer, é importante analisar se as condições técnicas em que o jornal foi produzido eram ou não modernas para a época, além de outros detalhes que nos ajudem a caracterizar o grupo dirigente do jornal e, por consequência, os objetivos de suas publicações, assim como a organização do conteúdo. A frequência com que o tema em estudo aparece, o local do jornal em que está localizado, a formatação da fonte, como tamanho e cor são detalhes que nos mostram a ênfase que os redatores queriam dar ao assunto.

Quando analisamos os textos com conteúdo anticomunista e anti-integralista publicados pelo jornal *O Trabalho*, percebemos que os recursos gráficos utilizados demonstram o interesse dos editores em destacar esse tema. Um exemplo é a matéria publicada na capa do dia 07 de abril de 1935, que além de apresentar um título com fonte diferenciada contém uma moldura que a deixa em evidência:



Figura 1 – O TRABALHO, 07 abr. 1935, p. 1.  
Fonte: Biblioteca Municipal de Mafra - SC.

O jornal *O Trabalho* possuía impressos modernos para a época. No entanto, era um periódico pequeno, pois, considerando os apontamentos de Nelson Araújo ([200-?], p. 6), jornais que faziam parte da grande imprensa, como o carioca *Correio da Manhã*, contavam com uma diagramação, em geral, de 24 páginas, enquanto *O Trabalho* continha oito, suas dimensões também eram um pouco menores. A ênfase que os redatores queriam dar à difamação do comunismo e do integralismo é evidente. Nesse primeiro ano do semanário, raramente uma edição não apresentava um artigo sobre o assunto, sendo destaque na capa ao menos uma vez no mês. Em março, todas as suas publicações deram destaque a esse tema na capa.

## O “OUTRO” COMUNISTA

O comunismo, segundo Andrew Heywood, se constitui como uma divisão do socialismo, ideologia que tem como principal característica a defesa da igualdade social e pode ser definida pela sua “oposição ao capitalismo e pela tentativa de oferecer

às pessoas uma alternativa de vida mais humana” (HEYWOOD, 2010, p. 107). Estes ideais, no entanto, permearam diferentes projetos de sociedade, muitas vezes antagônicos, que surgiram no século XIX como resposta à pobreza e às péssimas condições de trabalho da classe de operários que se formou com o crescimento do capitalismo industrial. Heywood destaca como as concepções comunistas que mais se sobressaíram a vertente dos sociais-democratas, que defendiam reformas no sistema capitalista que melhorassem a situação dos trabalhadores, e a dos comunistas marxistas, que defendiam a abolição do capitalismo. No entanto, segundo Spindel, os adeptos das ideias marxistas, no século XIX, usavam tanto o termo “socialismo” quanto “comunismo”, até 1923, quando foi lançada a Internacional Socialista. Com isso, ocorreu uma ruptura entre os dois termos, passando o primeiro a se aproximar mais dos ideais da social-democracia e o segundo das ideias marxistas (SPINDEL, 1980, p. 65).

O comunismo marxista surgiu com a obra de Marx e Engels. Esses teóricos acreditavam que, com a ascensão do capitalismo, ocorreria a dicotomização das classes na sociedade, isto é, esta passaria a ser constituída apenas por burgueses, os donos dos meios de produção, e proletários, aqueles que tinham como único meio de sobrevivência a venda da sua força de trabalho aos burgueses. Nessa dinâmica, conforme Marx analisou, os proletários se encontravam em uma situação de desvantagem, em que os burgueses lucravam pagando a eles uma quantidade inferior ao que realmente produziam. Entretanto, uma vez que o proletariado se transformasse em maioria, tornar-se-ia inevitável a desapropriação dos meios de produção da classe burguesa, instituindo-se, assim, a ditadura do proletariado, em que todos viveriam em uma sociedade igualitária. Mas somente em um sistema industrial bem desenvolvido que a produção de riquezas permitiria que todos os indivíduos contribuíssem segundo suas capacidades e recebessem de acordo com suas necessidades (BEDESCHI, 1998, p. 208-210).

Foi através de uma interpretação teórico-prática do marxismo que Lênin liderou a Revolução Russa em 1917, derrubando o czarismo e instaurando o regime comunista nesse país. Entretanto, conforme Bedeschi (1998, p. 110), Kautski interpretou, na época, que o capitalismo na Rússia não estava em seu ápice e, por consequência, o sistema industrial não era bem desenvolvido, sendo o proletariado minoria. Desse modo, o sucesso da Revolução dependeria de

métodos de controles antidemocráticos e policiais. De fato, construir o comunismo marxista ao contrário de esperar ele se estabelecer como uma evolução natural do capitalismo, conforme Marx profetizou, levou ao controle policial-terrorista dos diferentes partidos russos. De acordo com Moraes (1991, p. 70), essa característica se intensificou no governo de Stalin, que assumiu em 1924, após a morte de Lênin, e permaneceu no poder até ter sua vida interrompida por um derrame cerebral, em 1953.

Os horrores que ocorreram durante o governo de Stalin, no entanto, só foram revelados no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956. Apesar disso, enquanto primeira experiência comunista de grande impacto, o regime russo gerou uma onda de anticomunismos desde o seu surgimento, mobilizando diferentes setores da sociedade que enxergaram, cada qual, algo de ameaçador nessa doutrina.

No Brasil, segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2000, p. 35-70), o anticomunismo começou a tomar vulto na década de 1930, em consequência do crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, conforme expandia a sua influência, fomentava a organização de seus adversários. Motta destaca três matrizes ideológicas principais que permearam o anticomunismo brasileiro: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. Para o catolicismo, o comunismo representava uma ameaça devido à sua filosofia materialista que entrava em conflito com a religião. Os argumentos de ordem nacionalista acusavam os militantes comunistas de serem defensores dos interesses da URSS, enquanto que o anticomunismo de matriz liberalista se preocupava com o direito à propriedade privada, considerando sua coletivização um atentado à liberdade.

Nesse contexto, o jornal *O Trabalho* enxergou na doutrina russa um perigoso inimigo da classe operária. Os redatores desse periódico se preocuparam em demonstrar que os comunistas não eram verdadeiramente defensores dos proletários, construindo um cenário em torno dessa doutrina permeado pelos sentimentos de ódio e desprezo, marcado pelo materialismo, pela crueldade e pela perda da liberdade.

Segundo os redatores do jornal, o materialismo era a raiz do problema do regime russo. Para eles, uma doutrina materialista era incompatível com os valores elevados do amor, da harmonia e da justiça, pois essas características não seriam essencialmente humanas, sendo necessário que as pessoas se conectem a uma deidade para ter acesso a elas. Outro

problema do materialismo citado pelo jornal seria sua crença na seleção natural, tanto entre animais quanto entre os homens. Nas palavras dos redatores:

[...] e por ela [a seleção natural] se compreende, se justifica e até se admite plenamente o DIREITO DO MAIS FORTE direto este que em poucas palavras se traduz perfeitamente por opressão, tirania, violência, enfim, guerra, luta, extermínio em todos os setores da vida (FATI, 11 out. 1934, p. 4).

Desse modo, o jornal retratou esse regime como essencialmente impiedoso, justificando a afirmação: “o comunismo-materialista, que nega, pois, aos fracos o direito à vida não póde, sem suspeição, se declarar defensor daqueles que no mundo são as vítimas miseráveis da Burguezia, do Capitalismo e do Estado-Tirania” (FATI, 11 out. 1934, p. 4).

Na ocasião em que o redator-chefe do jornal, D’Almeida Vítor, foi chamado de comunista pelos militantes integralistas de Rio Negro, cidade vizinha, o jornal se empenhou em rebater. Os conflitos envolvendo integralistas relatados pelo jornal nesse seu primeiro ano de funcionamento citam apenas o movimento que se estabeleceu na cidade de Rio Negro, município vizinho. Não encontramos informações de quando o núcleo integralista municipal se instalou em Mafra, mas esse fato nos indica que essa instalação ocorreu após setembro de 1935. Entretanto, os desentendimentos dos redatores do jornal mafrense com os militantes integralistas de Rio Negro não são estranhos, devido à intensa ligação entre os habitantes dessas duas cidades, que constituem uma população cambiante. Separados por um rio estreito, esses dois municípios, até 1917, formavam uma única cidade, Rio Negro/PR, parte da região disputada por Paraná e Santa Catarina na Guerra do Contestado (1912-1916). Um dos acordos firmados entre esses estados com o final da guerra foi a anexação de uma parte do território de Rio Negro à Santa Catarina, parte esta que ganhou o nome de Mafra. Com isso, partidos políticos e todos os demais assuntos burocráticos passaram a ser separados, mas o cotidiano continuou sendo comum, inclusive, há jornais e estabelecimentos comerciais que usam a palavra “Riomafra” ou “RioMafra” no nome.

Conforme foi relatado no jornal, em uma matéria que ocupou a sua primeira página e também a contracapa, houve um desentendimento, no centro de Rio Negro, decorrente de um encontro casual entre alguns integralistas e um ferroviário avesso a esse movimento. Na sequência disso, afirma-se na

matéria que a redação do periódico recebeu uma ameaça dizendo que se esses acontecimentos fossem publicados no jornal, D'Almeida Vitor seria agredido. Além de ameaçado, o redator-chefe foi também chamado de comunista, o que os redatores jornal acharam ofensivo:

D'Almeida Vitor está pela liberdade, está pelo direito, está pela Justiça. [...] Para D'Almeida Vitor ser comunista, é necessário que se torne fruto proibido o pensamento e o interesse em ser livre, de ser senhor de si, de ter o que lhe é devido, de acordo com as suas necessidades materiais e capacidades produtivas (O TRABALHO, 12 fev.1935, p. 1).

Ao responder à acusação com essas palavras, o redator-chefe relacionava o comunismo russo a um regime que cerceava as liberdades e promovia uma igualdade injusta. Um mês após a veiculação dessa matéria, que ocorreu em fevereiro de 1935, a equipe do jornal relembrou esse acontecimento, ainda preocupada em esclarecer que o *O Trabalho* não era um periódico comunista. Foi então publicado um longo artigo, sem autoria, na primeira página explicando porque Furiati, o diretor do jornal, era contrário ao comunismo. O autor do artigo transcreve trechos de textos que o diretor publicou em jornais que trabalhou anteriormente expondo seu posicionamento político:

Não foi o 'simples acaso' que me jogou aos azares da luta de classe, que desde logo, infelizmente, estabelece a organização proletária, por incompreensão recíproca entre trabalhadores e patrões, mas a minha vontade consciente e esclarecida pelo estudo sereno do mundo, visível e invisível. [...] De que me serviria, pois, a compreensão das Coisas, desde que essa compreensão não fosse exteriorizada em atos que as justificassem? [...] Eis ahi, claramente expresso o porque me fiz socialista e antiguerreiro, combatendo ao mesmo tempo, como corolário natural toda e qualquer opressão ou tirania. [...]. Assim, pois, não trabalho por Egoísmo ou Ambição própria, mas por um ideal da verdadeira Fraternidade Universal. [...] Deante do que expusemos verifica-se a perversidade, a maldade e a má fé das acusações a que nos referimos, porque ao nosso Diretor não interessa, como vimos, a propaganda de idéas demagógicas e extremistas sejam elas quais forem. (O TRABALHO, 10 mar. 1935, p.1).

Assim, de acordo com os redatores do jornal, Furiati não poderia ser comunista, uma vez que ele se esforça em combater a opressão e a tirania, ocorrendo, desse modo, uma associação do comunismo a essas características.

Outro argumento utilizado pelos redatores do jornal para explicar por que o regime russo não po-

deria ser, verdadeiramente, defensor da classe operária se constituiu em acusá-lo de ineficiente, o que o teria levado a se tornar um regime burguês ou capitalista. Isso foi dito em um artigo que explicava sobre as doutrinas extremistas europeias, que ao falar sobre o comunismo afirmou o seguinte:

o comunismo russo vae aos poucos, insensivelmente, se transformando em regime burguês. Bem cedo os ideólogos moscovitas compreenderam, diante da penencia fatal das realidades assoberbantes, não ser possível construir uma sociedade nova absolutamente igualitária, social, política e economicamente. Veio o desequilíbrio e com o desequilíbrio a miséria. (O TRABALHO, 23 dez. 1934, p.5).

Essa crítica também apareceu na nota que o jornal publicou em decorrência do 17º aniversário do regime soviético:

O que é interessante é a completa e ingênua ilusão que há, em algumas regiões do mundo, e naturalmente no Brasil, acerca da expressão política e social desse regime. Com efeito, ainda há quem imagine que os 'camaradas de Moscou', regidos pela batuta de Stalin são os mesmos ferozes anti-burgueses e anti-capitalistas regidos há 17 anos pela batuta de Lenin. Ingênua ilusão, premiados pela necessidade de recursos financeiros, os 'camaradas' há muito evoluíram para o capitalismo. (O TRABALHO, 03 mar. 1935, p. 5).

Desse modo, para os redatores do jornal o comunismo era falho, pois segundo eles uma sociedade totalmente igualitária seria insustentável. Assim, as dificuldades financeiras geradas pela tentativa de manter um regime comunista teriam levado a Rússia a se tornar capitalista.

No entanto, foi à crítica ao movimento integralista, entendido pelos redatores do jornal como uma cópia das correntes fascistas europeias, que os redatores d'*O Trabalho* dedicaram mais espaço. Talvez isso signifique que o integralismo teve mais aceitação no município do que o comunismo.

## O "OUTRO" INTEGRALISTA

Antes de analisar a imagem que os redatores construíram acerca do movimento integralista, cabe fazer algumas observações sobre a complexidade que envolve a definição de termos como fascismo e integralismo. Conforme Saccomani, o fascismo pode ser entendido, de maneira geral, como uma doutrina baseada no autoritarismo e que adota um sistema de representação política monopartidária. Tem como características os propósitos de expan-

são imperialista, o apelo às massas e um sistema de propaganda e de censura dos meios de comunicação, assim como o uso de violência na repressão da oposição. Sua ideologia é fundada “no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo.” (SACCOMANI, 1998, p. 466).

As teorias sobre o fascismo, no entanto, seguem dois segmentos diferentes que, segundo Saccomani, costumam ser denominadas de “singularizantes” e “generalizantes”. As abordagens teóricas “singularizantes” entendem o fascismo como movimento político que ocorreu na Itália entre os anos 1919 e 1945. Desse modo, utilizar o termo “fascista” para designar diferentes movimentos políticos apenas se pautando nas similaridades entre suas doutrinas seria impertinente, uma vez que esse termo define a experiência italiana, enquanto que diferentes contextos históricos pedem análises específicas. Já as abordagens “generalizantes”, por sua vez, interpretam o fascismo como um fenômeno que pode ser percebido em diferentes contextos e que pode ser qualificado como tal na medida em que apresente as características essenciais a ele. Desse modo, o termo fascismo pode ser estendido a eventos como o nazismo alemão ou movimentos similares (SACCOMANI, 1998, p. 467).

Nas teorias sobre o movimento integralista brasileiro (AIB – Ação Integralista Brasileira), esse debate também aparece. A AIB foi o primeiro partido político brasileiro que alcançou todas as regiões do país. Fundada por Plínio Salgado em 1932, permanece atuante até hoje, porém com uma visibilidade menor. Possui uma ideologia fundamentada nos princípios morais da doutrina social da Igreja, com o lema “Deus, Pátria e Família”, e defende a instalação de um sistema corporativista baseado na pequena propriedade rural, declarando-se contra a burguesia e seus princípios capitalistas de acumulação. Esse movimento se destacou pelas suas semelhanças com o fascismo italiano e o nazismo alemão, como o autoritarismo e culto a um líder, nacionalismo acentuado, incentivo a disciplina militar e uso de símbolos e rituais parecidos, como a saudação “Anauê” com o braço estendido, lembrando o “Heil Hitler”.

Assim, nas interpretações sobre o integralismo há uma corrente que entende essa doutrina como possuidora de uma identidade fascista intimamente ligada aos regimes italiano e alemão da época, tendo

em Héglio Trindade um de seus expoentes mais conhecidos. E outra, iniciada por Chassin, que nega a possibilidade de comparar o integralismo aos eventos políticos europeus, devido às diferenças existentes no contexto histórico dessas regiões.

Nesse debate, Chassin (1999) afirma que, enquanto o capitalismo ainda estava em fase de desenvolvimento no Brasil, a Europa já se encontrava no que ele chama de *capitalismo tardio*. Assim, integralismo e fascismo tinham intentos diferentes. Atendo-se aos escritos de Plínio Salgado, Chassin caracteriza o integralismo como uma utopia reacionária que pregava um modelo de corporativismo que contivesse o desenvolvimento da industrialização e do capitalismo. O fascismo italiano e o nazismo europeu, ao contrário, buscavam potencializar a produção industrial e mobilizar a nação para a guerra imperialista.

Héglio Trindade (1974), por sua vez, além de considerar as semelhanças entre esses movimentos políticos, também atenta para a influência que o nazismo e o fascismo, declaradamente, exerceram sobre Plínio Salgado. Assim como a simpatia pelos regimes de Mussolini e Hitler terem sido um dos principais motivos de adesão dos militantes ao integralismo.

Não é a intenção desse trabalho defender nenhuma dessas teses, apenas analisar de que forma os redatores do periódico perceberam o integralismo e como as afetividades estiveram presentes nesse discurso. Dito isto, uma das maiores preocupações do jornal foi denunciar o caráter nazifascista do integralismo e o perigo que isso representava. Para os redatores do jornal, esses regimes deveriam ser temidos, pois eram a tentativa da burguesia em manter seus privilégios, o que teria como consequência a restrição das liberdades e a violência contra o proletariado. Vários são os artigos em que o jornal se preocupa em destacar essas características do fascismo aos seus leitores.

Em um artigo publicado na primeira página, o redator alerta: “O fascismo visa o esmagamento das forças renovadoras e motrizes da sociedade, e pretende ‘totalizar’ (sic) o poder estatal nas mãos dos magnatas das finanças e da indústria que se utilizam dos Hitleres e dos Mussolinis como ‘testa de ferro’”. (O TRABALHO, 28 dez. 1934, p. 1).

Em outro, feito por Correia das Neves do jornal “O Sindicato”, a crítica se estende aos proletários e pequenos burgueses que aderem aos movimentos fascistas. Segundo das Neves:

Fascismo, nazismo e integralismo são vinhos da

mesma pipa. É o capitalismo feroz organizado em bandos assalariados, de lupem-proletariados e pequenos burgueses, para continuar o seu regime de opressão e de exploração. Intitulam-se contrários aos interesses da burguezia e dos capitalistas. Mas na aparência. É movimento de demagogia cínica. [...] O fascismo é o continuador, além da opressão e da exploração, das guerras imperialistas. Reveste-se de pomposidades patrióticas, exaltando o nacionalismo. Faz isso para distrair as massas. (NEVES, 13 dez. 1934, p.3).

Assim, de acordo com os redatores do jornal, os grandes capitalistas estariam iludindo os operários e pequenos burgueses ingênuos para poderem continuar explorando-os. Os regimes fascistas, desse modo, não poderiam ser aliados dos proletários que tivessem consciência de suas mazelas.

O entendimento de que o integralismo era um regime fascista, burguês e opressor também apareceu na nota que a Federação Operária de São Paulo distribuiu à população, em decorrência de um conflito entre integralistas e membros da Frente Única Antifascista (FUA) que ocorreu na Praça da Sé, São Paulo, em 07 de outubro de 1934. De acordo com Castro, a FUA era formada por anarquistas, socialistas, comunistas e antifascistas (Castro, 2002, p. 361). Esse conflito ocorreu em uma marcha integralista que comemorava os dois anos de atuação desse movimento e, segundo a referida nota, um grupo antifascista reagiu a essa manifestação devido “a arrogância e desafio com que os integralistas vinham exaltando os ânimos do proletariado paulista.” (O TRABALHO, 11 nov. 1934, p. 1).

Como os dois lados estavam armados, esse confronto resultou em algumas mortes entre integralistas, antifascistas e policiais. Essa nota foi publicada em primeira página do jornal com o pedido de que o proletariado se atentasse ao que ela diz. Nela, se afirma que o integralismo é um “regime de violências que se pretende implantar no Brasil, copiando caricatamente alguns países da Europa [...] que visa a destruição dos direitos de associação e pensamento e a submissão incondicional aos privilégios da burguesia, colocando o indivíduo na condição de escravo.” (O TRABALHO, 11 nov. 1934, p. 1).

Outra publicação que recebeu destaque na primeira página d'O Trabalho foi um artigo do jornal O Sindicalista, órgão do sindicato operário de Sorocaba, que trazia na manchete: “O Integralismo visa a escravização dos proletários”. (O TRABALHO, 24 fev. 1935, p. 1). No corpo do artigo afirma-se que o integralismo seria uma ameaça à libertação do proletariado que sofre sob o jugo capitalista, pois esse

movimento era, na verdade, um intérprete do capitalismo reacionário.

Os redatores do periódico também salientaram a incompatibilidade do fascismo com a índole brasileira, principalmente em função do antissemitismo nazista que encontrou ressonância em alguns grupos integralistas. Nesse sentido, o jornal publicou na primeira página um artigo do semanário brasileiro-alemão de São Paulo, *Gegenwart*, que dizia o seguinte: “Enquanto os hitleristas consideram qualquer mistura de raças como um infortúnio e uma vergonha, os brasileiros bem sabem que o cruzamento de diversas nações pode ser de grande proveito” (O TRABALHO, 13 dez. 1934, p. 1). Apesar das alegações do jornal, as questões raciais no Brasil não estavam bem resolvidas. O discurso oficial dessa época defendia a ideia de uma nação unida racialmente, Silva e Fonseca (2011), no entanto, ao analisarem as publicações do jornal Brasil Médico no período de 1928 a 1945, afirmam que nesse periódico a imagem do negro era associada a degeneração física e moral. Desse modo, os negros não atendiam aos princípios eugênicos promovidos na época, que almejavam uma nação sadia. Com isso, podemos perceber as divergências e contradições que envolviam as questões raciais nesse período.

Mesmo o *Gegenwarte* sendo um órgão que representava uma parcela dos brasileiros com ascendência alemã, os redatores d'O Trabalho veicularam essa matéria sob o título “A opinião brasileira e o nacional-socialismo”. Posteriormente, foi publicado que “No Brasil o Integralismo importou, sem pagar direitos de alfândega, o hitlerismo e o fascismo com a guerra aos judeus, problema que não nos afflinge, porque entre nós o filho do judeu se dissolve na massa geral da população brasileira” (O TRABALHO, 23 dez. 1934, p. 5).

A índole brasileira também era avessa, segundo os redatores do jornal, à opressão intrínseca ao fascismo. Desse modo o integralismo não prosperaria, pois: “no Brasil, graças ao espírito frondeur de nossa raça nunca foram possíveis os governos de força, as ditaduras truculentas” (O TRABALHO, 23 dez. 1934, p. 5). Na mesma edição, os redatores do jornal afirmavam:

Os pedantes que citam Hitler e Mussolini [referindo-se aos integralistas], leigos em sociologia, sedentos por exhibições, esquecem-se, infelizmente, que o brasileiro é, por índole, inimigo do absolutismo, da tyrannia, não se submetendo a um governo de um partido violento (O TRABALHO, 23 dez. 1934, p. 5).

Essa ideia se repete em mais um artigo, onde encontramos a seguinte citação: “não acreditamos, que no Brasil sobejamente conhecido por índole liberal, que não suportou uma monarquia hereditária, viria após, admitir uma oligarquia férrea [referindo-se ao integralismo]”. (DOMIT, 13 dez. 1934, p. 2).

Entretanto, como o movimento integralista estava tendo aceitação no Brasil, houve uma preocupação em questionar a efetividade desse fato. Nesse sentido, foi publicado no periódico um texto que Ten. Sombra enviou ao jornal *O Homem Livre*, do Rio de Janeiro, após se desentender com Plínio Salgado e romper com o movimento integralista. Sombra era líder de um movimento com características fascistas, no Ceará, antes de ingressar no integralismo, porém esse fato não é citado, ele é apresentado pelo *O Trabalho* como um homem de valor e de ação, interessado em propagar a cultura. O texto do Ten. Sombra ocupa a primeira página de três edições com o título “A verdade sobre a Ação Integralista Brasileira”, nas quais Plínio é acusado de mentir para se promover. De acordo com esse relato, o Ten. Sombra não concordou com algumas diretrizes criadas por Plínio, porém ele o ignorou e usou o nome do tenente de maneira desonesta para conseguir seguidores no nordeste. Assim, o sucesso do integralismo nessa região teria sido ilegítimo, pois Plínio Salgado sozinho não conseguiu muito apoio. (O TRABALHO, 30 dez. 1934, p. 1; O TRABALHO, 06 jan. 1935, p. 1; O TRABALHO, 13 jan. 1935, p. 1).

A desqualificação da aceitação do movimento integralista também se deu através do deboche aos seus militantes. Na ocasião do confronto entre integralistas e antifascistas ocorrido na Praça da Sé de São Paulo em outubro de 1934, o jornal publicou um depoimento, sem identificar a fonte, de um militante camisa-verde que teria declarado o seguinte sobre sua participação na manifestação:

Nois sema da Alta Sorocaba. Viémo aqui a São Paulo porque o padre de lá disse que era preciso vir matar o comunismo que mata homens, mulheres e crianças e que deflora as moças. Ele disse que só com o comparecimento de muitas camisas dessas é que o comunismo não vem no Brasil. Mas o que nós vimo é que esse mundão de gente toda é contra nós, só porque temo essa camisa. Nois cá não volta não! O padre que venha matá o tar de comunismo. (O TRABALHO, 11 nov. 1934, p. 2).

Assim, os redatores ridicularizaram os militantes integralistas associando-os ao estereótipo do caipira ignorante e deslegitimaram a aceitação que

esse movimento estava tendo ao enfatizar a falta de convicção da milícia camisa-verde que participou da manifestação.

Em outra situação, foi relatado um caso que teria ocorrido em um bloco de carnaval em Curitiba. Segundo essa reportagem, um integralista estava participando do bloco com a camisa verde, seus colegas de militância tentaram tirá-lo, pois acharam um desrespeito com o movimento, mas não obtiveram sucesso. O redator da reportagem então aproveitou para debochar da falta de engajamento entre os militantes integralistas: “Integralismo em marcha... para o ridículo. [...] Eis ahi. O patriota preferiu a phantasia carnavalesca à farpela esperançosa de legionário. Não diremos que todos são assim. Mas há muitos assim.” (O TRABALHO, 27 jan. 1935, p. 2).

A partir do quinto mês de funcionamento do jornal, há um acirramento de ânimos, após o confronto entre integralistas e um ferroviário opositor a esse movimento, que ocorreu em Rio Negro, município vizinho de Mafra. Segundo noticiado (O TRABALHO, 12 fev. 1935, p. 1), o incidente não acabou em morte, porém, após esse ocorrido, os ataques do jornal ao integralismo passaram a enfatizar a necessidade de se tomar atitudes mais enérgicas com relação aos militantes da AIB. Inicia-se uma fase de apelos às autoridades, que na visão dos redatores do jornal, deveriam fazer restrições aos extremismos estrangeiros em defesa da segurança nacional, incluindo o integralismo nessa categoria. A partir de então, ganham força também as acusações de conspirações nazistas nos núcleos integralistas de Santa Catarina.

O fato dos redatores do jornal utilizarem termos como “assombroso” e “purulento” para se referir ao integralismo ou associar esse movimento a um “vespeiro” ou ao “lixo” indica que seus discursos estavam permeados por mitologias políticas. Conforme Raoul Girardet (1987) explica, em momentos de crise política, inconscientemente as pessoas imergem em uma atmosfera mitológica, carregada com denúncias de conspirações maléficas e anúncios de heróis salvadores. Nesse contexto, o inimigo é revestido de características obscuras, vinculado a animais peçonhentos e a coisas sujas, fétidas, de forma que é fomentada, em nosso inconsciente, a sensação de que estamos em uma batalha do bem contra o mal.

A partir do quinto mês de funcionamento do jornal, essa atmosfera mitológica ficou mais densa nas páginas do periódico. O integralismo, que an-

tes era considerado apenas uma cópia das doutrinas fascistas e nazistas, passou a ser descrito como um núcleo de conspirações que intentavam subjugar o povo brasileiro aos alemães, criando um clima de temor:

Cruz gamada do hitlerismo tremulando desabuscadamente acima do pavilhão nacional. [...] Ella representa uma cerimônia dos elementos fascistas locais, em que tomaram parte homens, mulheres e crianças brasileiras, descendentes de alemães. Todos esses elementos pertencem ao grupo integralista de Blumenau [...]. O General Goés Monteiro, ministro da Guerra, que tanto tem falado em conspirações contra a segurança nacional está no dever de agir com energia para que o mal não se torne cada vez maior. (O TRABALHO, 24 mar. 1935, p. 1).

Em outra manifestação integralista, em Bananal, o jornal acusou um padre de ter atacado o governo de Getúlio Vargas, considerando isso mais uma expressão da falta de patriotismo presente entre os camisas-verdes:

Quanta mesquinhez temos presenciado ultimamente por parte dos *galinhas verdes* e, entretanto, o campo é vastíssimo para a sua liberdade de ação. [...] O padre Sebastião gritava espavorido que Hitler em breve governará o Brasil. Nesse caminho não tardará muito e se tornará em realidade. É preciso tomar providências a respeito (O TRABALHO, 07 abr. 1935, p. 1).

Além dessas acusações, o jornal afirmava que os integralistas em Blumenau não usam a saudação “Anauê”, mas sim “Heil Hitler”, que em Jaraguá os líderes camisas-verdes discursavam apenas em alemão e, ainda, que funcionários públicos haviam sido demitidos de seus cargos por se exasperarem contra o domínio teuto. Com essas afirmações, os redatores de *O Trabalho* clamavam pela censura ao integralismo, justificando seus pedidos pelo medo de que o país fosse submetido à Alemanha Nazista.

## A IDENTIDADE “SOCIALISTA DE CENTRO”

De acordo com Pierre Ansart (1978, p. 81), cada período de uma formação histórica possui um campo de posições ideológicas, onde cada expressão se encontra em um ponto desse campo e constrói sua identidade a partir das relações de afinidade ou distância com as outras expressões posicionadas. Envolvido nessa dinâmica, o grupo que se expres-

sou através do jornal *O Trabalho* se definiu como “socialista de centro”. Esse termo não é recorrente na historiografia, no entanto, pode-se dizer que sua ideologia se aproxima da social-democracia, explicada por Heywood como “tipo reformista ou moderado de socialismo que defende um equilíbrio entre o mercado e o Estado, em vez da abolição do capitalismo.” (HEYWOOD, 2010, p. 108).

Esse posicionamento do jornal pode ser percebido em algumas afirmações publicadas. Em uma entrevista feita com o líder do movimento pró-integralismo em Rio Negro e Mafra, Cel. Lamaison, a qual os redatores publicaram em 23 de dezembro de 1934, dizendo estarem cumprindo o dever informativo do periódico, são feitas perguntas sobre as ideias dessa doutrina. Uma das perguntas diz o seguinte:

Como socialistas de centro nós nos batemos para que a República constitua no futuro o único poder, emanado do povo e apoiado nas classes ora existentes e que seriam organizadas em corporações sindicais, à base da unidade.

A Indústria, o Comércio, a Lavoura, os transportes, Bancos, Instrução Pública, etc, seriam socializados sob o controle do Estado.

E o Integralismo?

Pretende o Integralismo nacionalizar ou socializar estes serviços?<sup>4</sup> (O TRABALHO, 23 dez. 1934, p. 11).

Desse modo, os redatores do jornal defendiam uma reforma no regime republicano, sugerindo um socialismo sindicalista. Não é explicado como ocorreria a socialização dos serviços sob o controle do Estado, mas em mais de um momento os redatores defenderam o liberalismo econômico, indicando que haveria algum equilíbrio entre o mercado e o Estado. Em 30 de dezembro, foram publicadas no periódico algumas partes de um artigo de Plínio Barreto escrito para o jornal *Estado de São Paulo*, que os redatores consideraram que deveriam ser conhecidas e estudadas: “entendo que mais acertado será limitar o liberalismo, sem asphyxia-lo, do que adotar outro regime que o elimine. Enquanto houver esperança de reformá-lo, reduzindo-lhe os vícios e fortalecendo-lhes a virtude acho que não deve ser abandonado.” (O TRABALHO, 30 dez. 1934, p. 3).

Em outro momento, na capa do dia 24 de janeiro, foi publicado um texto de Bezerra de Freitas, no qual o autor depreciava os críticos do liberalismo:

Todos os fenômenos políticos e sociais modernos – as anomalias econômicas, inflação monetária, a violenta destruição da riqueza pública e privada, as

4 Segundo os redatores do jornal, o Cel. Lamaison disse que isso seria regulamentado consultando os interesses da nação.

atrocidades dos governos, as usurpações dos parlamentares – são atribuídos ao nefasto regime liberal, e nesse jogo de imagens e interesses escondem uns a sua incapacidade administrativa e ocultam outros a sua irremediável inépcia psicológica. A insensatez dos adversários pessoais do sistema democrático arrasta-os ao extremo das afirmações mais atrevidas e mentirosas. (FREITAS, 24 jan. 1935, p. 1).

Assim, apesar dos redatores do jornal terem emitido duras críticas à classe burguesa, principalmente colocando-a como o agente que buscava manter a exploração proletária através do integralismo, eles não propõem a sua abolição, mas sim uma harmonia entre as classes. Esse posicionamento contrário à luta de classes também ficou exposto no artigo publicado em resposta aos integralistas que chamaram a equipe do jornal de comunista. Nesse artigo é salientada uma reclamação do diretor do periódico à luta de classes “que infelizmente, estabelece a organização proletária, por incompreensão recíproca entre empregados e patrões”. (O TRABALHO, 10 mar. 1935, p. 1).

Essas características da doutrina defendida pelos redatores do periódico talvez expliquem o fato deles se colocarem como favoráveis ao governo Vargas. De acordo com Boris Fausto, o governo getulista (1930-1945), em contraste ao descaso do Estado com os problemas da classe operária urbana na década de 1920, criou leis que protegiam os trabalhadores, como “as que regularam o trabalho das mulheres e dos menores, a concessão de férias, o limite de oito horas da jornada normal de trabalho” (FAUSTO, 1995, p. 335). No entanto, a atenção dada ao operariado foi organizada de modo a promover uma harmonia entre as classes, prova disso foi a criação, em 1932, da Junta de Conciliação e Julgamento, através da qual era possível reclamar os direitos trabalhistas. Essa junta era formada por representantes do empregador e do empregado, com a intenção de atender aos interesses de ambos os lados, apaziguando os conflitos. Isso pode ter inspirado nos redatores do periódico certa confiança em Getúlio Vargas como representante de seus interesses.

Enquanto no integralismo, segundo os redatores do jornal, a opressão e a tirania eram frutos da ação da burguesia, no caso do comunismo isso foi atribuído ao seu caráter materialista. O fato de o jornal ter se pronunciado contra o materialismo e criticado a seleção natural indica a sua adesão ao pensamento cristão da época, no entanto, não era um periódico católico. Para os redatores do jornal o clero também era materialista, o que fica claro em um artigo

publicado na contracapa de uma das edições com o título “Materialismo Religioso”, com letras grandes em negrito. No texto foi feita a seguinte crítica: “O clericalismo é o maior empresario das festas de caridade, absorve os dinheiros angariados, em benefício exclusivo das confrarias e irmandades – nega uma simples caneta ao maior analfabeto.” (ANDRADE, 13 dez. 1934, p. 6).

O jornal não defendia nenhuma religião específica. No entanto, entre 23 de dezembro até a publicação de sete de abril, manteve uma *Seção Espiritualista*. Durante esse período foram publicados dois textos fracionados, devido o espaço dessa seção ser muito pequeno, de cunho teosófico. Em um deles, os redatores explicam o Karma, que seria uma lei da natureza que responderia às boas ações das pessoas com boas energias e bons acontecimentos. No outro texto, por sua vez, foi exposto o princípio teosófico que diz que é possível o espírito sair do corpo físico conscientemente, visitar o plano onde ficam os mortos e depois retornar ao corpo sem dano algum.

Em contrapartida, na segunda página da publicação de 28 de outubro é veiculada uma nota sobre a conversão de um padre alemão ao espiritismo, relatada na revista internacional do espiritismo, onde os redatores do jornal elogiam a inteligência desse padre. Desse modo não fica muito claro se o jornal teria uma orientação espiritista ou teosófica.

No entanto, um artigo publicado em 30 de dezembro com o título *Christo Social* esclarece a relação dos redatores do jornal com o cristianismo:

A doutrina do ‘amae a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a vós mesmos’ resume perfeitamente todos os princípios do Socialismo, de que Christo foi o insigne fundador [...] A Missão do Christo, que se salienta nos Evangelhos como uma estrela de primeira grandeza que scintilla no firmamento é a reunião da família Humana pelo amor – sob a Paternidade de Deus” (O TRABALHO, 30 dez. 1934, p. 4).

Demonstrando, assim, que eles pensavam-se, enquanto socialistas de centro, como herdeiros dos ensinamentos de Cristo. Pontuar como missão de Cristo e, portanto, um desígnio do socialismo, “a reunião da família Humana pelo amor” vai de encontro ao posicionamento do jornal contrário à luta de classes e seu interesse em promover um entendimento mútuo entre patrões e empregados. E como essa missão de Cristo estaria ligada a Deus, podemos perceber que os redatores do periódico articularam, mesmo que de forma sutil, política e religião.

Fazia parte do discurso do jornal, também, a defesa das liberdades. Em um primeiro momento os redatores demonstraram isso defendendo seus inimigos ideológicos, o comunismo e o integralismo. Em 11 de novembro, foi publicada na capa a notícia de que o comunismo e o integralismo seriam combatidos pelo governo, ao que os redatores criticaram a ação relatada dizendo que se baseava “no aparelhamento (sic.) repressivo nos conceitos de ordem jurídica em que repousa fundamentalmente a democracia que no rege.” (O TRABALHO, 11 nov. 1934, p. 1). Essa notícia voltou a ser criticada na capa do jornal em 13 de janeiro, onde os redatores sugeriram: “Dê-se Liberdade e Justiça, e consequentemente apoio social ao povo brasileiro, e teremos realizada a fórmula imediata para a reorganização nacional”. (VITOR, 13 jan. 1935, p. 6).

No entanto, ao mesmo tempo em que defenderam a liberdade de expressão dos seus inimigos, construíram uma imagem deles ligadas à tirania, opressão, violência, extremismo e escravização do proletariado. Em uma ocasião, inclusive, foi feita uma associação direta entre essas duas doutrinas: “contém no programa integralista, preceitos de Lenine, como: A perda do direito individual; a propriedade restringida e o poder nas mãos de um homem.” (DOMIT, 13 dez. 1934, p. 2). Com isso, se posicionar contra essas doutrinas era, também, uma forma dos redatores defenderem a liberdade, uma vez que, de acordo com o discurso do periódico, elas a ameaçavam. Paradoxalmente, é em defesa da liberdade que os redatores passaram a clamar pela censura aos integralistas, pois eles estariam, conforme o periódico, articulando um plano para submeter o Brasil à Alemanha nazista.

Para que um grupo consiga manter a sua presença no campo das posições ideológicas, conforme Ansart, é necessário denotar a sua diferença em relação aos demais. Se for um grupo marginal, como no caso do jornal *O Trabalho*, essa distinção precisa ser realizada de forma mais enérgica, “a riqueza dos desempenhos críticos condiciona aqui a emergência de um novo lugar no subsistema.” (ANSART, 1978, p. 81).

Assim, as críticas ao integralismo e ao comunismo formaram uma das bases da identidade ideológica do jornal. Por meio delas, os redatores do periódico se afirmaram como uma terceira via, distante dessas duas ideologias por eles consideradas como extremistas. De um modo geral, enquanto o “outro” era apresentado como violento, opressor e impróspero, o socialismo de centro manifestava-se

como uma opção viável, alinhada com a harmonia e a liberdade.

Esteve presente nessas críticas um forte componente emocional, as afetividades de ódio e desprezo. Apesar de o jornal apresentar um discurso que se pretende ser racional, Marion Brepohl, ao interpretar os escritos de Ansart, afirma que não se deve dicotomizar as esferas subjetivas e objetivas, pois, segundo a psicanálise freudiana, a razão não elimina a emoção, de modo que ambas se projetam nas relações sociais (BREPOHL, [200?], p. 5). No entanto, Ansart considera interessante interpretar “as paixões não como sintoma de irracionalidade, mas como dimensões essenciais da experiência histórica.” (ANSART, 2000, p. 150).

Desse modo, o tom inflamado com o qual o jornal construiu as críticas aos seus inimigos ideológicos demonstra que houve influência da esfera sentimental na produção de seus discursos. Os afetos de ódio e desprezo ao “outro” comunista e integralista fizeram parte da sua afirmação identitária no campo das posições ideológicas, mesclando-se aos elementos racionais.

## FONTES:

O TRABALHO. Energia e Trabalho. Mafra. Ano I, n. 1, 07 de setembro de 1934, p. 01.

FATI, Aldo. O Socialismo. O Trabalho. Mafra. Ano I, n. 8, 11 de outubro de 1934, p. 04.

O TRABALHO. Os acontecimentos revoltantes, da noite do dia 2. Mafra. Ano I, n. 22, 12 de fevereiro de 1935, p. 01.

O TRABALHO. Foco comunista. Mafra. Ano I, n. 26, 10 de março de 1935, p. 01.

O TRABALHO. Extremismo. Mafra. Ano I, n. 15, 23 de dezembro de 1934, p. 05.

O TRABALHO. Comunismo evoluindo. Mafra. Ano I, n. 25, 03 de março de 1935, p. 05.

O TRABALHO. O fascismo. Mafra. Ano I, n. 11, 28 de outubro de 1934, p. 01.

NEVES. O Fascismo. O Trabalho. Mafra. Ano I, n. 14, 13 de dezembro de 1934, p. 03.

O TRABALHO. Anauê. Mafra. Ano I, n. 13, 11 de novembro de 1934, p. 01.

O TRABALHO. O integralismo visa a escravização dos proletários. Mafra. Ano I, n. 24, 24 de fevereiro de 1935, p. 01.

O TRABALHO. A opinião brasileira e o nacional socialismo. Mafra. Ano I, n. 13, 13 de dezembro de 1934, p. 1.

O TRABALHO. Em torno do fascismo. Mafra. Ano I, n. 15, 23 de dezembro de 1934, p. 05.

DOMIT. O Eu do Integralismo. O Trabalho. Mafra. Ano I, n. 14, 13 de dezembro de 1934, p. 02.

O TRABALHO. A verdade sobre a Ação Integralista Brasileira. Mafra. Ano I, n. 16, 30 de dezembro de 1934, p. 01.

O TRABALHO. A verdade sobre a Ação Integralista Brasileira. Mafra. Ano I, n. 17, 06 de janeiro de 1935, p. 01.

O TRABALHO. A verdade sobre a Ação Integralista Brasileira. Mafra. Ano I, n. 18, 13 de janeiro de 1935, p. 01.

O TRABALHO. Em contraste com a atitude consciente do estudante Delcio de Oliveira, eis como se expressou, na hora da debanda geral, um militante integralista. Mafra. Ano I, n. 13, 11 de novembro de 1934, p. 02.

O TRABALHO. Integralismo em marcha... para o ridículo. Mafra. Ano I, n. 20, 27 de janeiro de 1935, p. 02.

O TRABALHO. A cruz gamada do hitlerismo tremulando desabusadamente acima do pavilhão nacional. Mafra, 1935, p. 1.

O TRABALHO. Atacado fortemente o governo Vargas. Mafra. Ano I, n. 30, 07 de abril de 1935, p. 01.

O TRABALHO. Ação integralista. Mafra. Ano I, n. 15, 23 de dezembro de 1934, p. 11.

O TRABALHO. Integralismo. Mafra. Ano I, n. 16, 30 de dezembro de 1934, p. 03.

FREITAS. O Verbalismo Integralista. O Trabalho. Mafra. Ano I, n. 19, 24 de janeiro de 1935, p. 01.

ANDRADE. Materialismo Religioso. O Trabalho. Mafra. Ano I, n. 14, 13 de dezembro de 1934, p. 06.

O TRABALHO. Christo social. Mafra. Ano I, n. 16, 30 de dezembro de 1934, p. 04.

O TRABALHO. Comunismo e Integralismo serão combatidos. Mafra. Ano I, n. 13, 11 de novembro de 1934, p. 01.

VITOR. Repressão a que extremismo. O Trabalho. Mafra. Ano I, n. 18, 13 de janeiro de 1935, p. 06.

## REFERÊNCIAS:

ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflito e Poder**. Tradução: Aurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

ANSART, Pierre. Em defesa de uma Ciência Social das paixões políticas. In: **História: Questões e Debates**. Curitiba. v. 17. n. 33. p. 145-164. jul-dez. 2000. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/issue/view/issue/2307/394> Acesso: 15/01/2018

ARAÚJO, Nelton. **Imprensa e poder nos anos 1930: uma análise historiográfica**. [200-?]. Disponível em: [www.ufrgs.br/alcar/.../Imprensa%20e%20Poder%20nos%20anos%201930.pdf](http://www.ufrgs.br/alcar/.../Imprensa%20e%20Poder%20nos%20anos%201930.pdf) Acesso: 10/01/2018.

BEDESCHI, Giusieppe. Comunismo. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 204 – 210.

BREPOHL, Marion. **Pierre Ansart e o lugar das paixões na política**. [200?]. Disponível em: [http://www.academia.edu/11231758/Pierre\\_Ansart\\_e\\_o\\_lugar\\_das\\_paix%C3%B5es\\_pol%C3%ADticas](http://www.academia.edu/11231758/Pierre_Ansart_e_o_lugar_das_paix%C3%B5es_pol%C3%ADticas) Acesso: 15/01/2018.

BRESCIANI, Stela; ANSART, Pierre. Apresentação. In: SEIXAS, J.; BRESCIANI, M.; BREPOHL, M. (org.). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CASTRO, Ricardo. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 354-388, dez, 2002. Disponível em: [http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi05/topoi5a15.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a15.pdf) Acesso: 29/05/2018.

CHASSIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade do capitalismo**. São Paulo: Editora Ad Hominem, 1999.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Editora Companhia da Letras, 1987.

HEYHOOD, Andrew. Socialismo. In.: **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. Tradução: Janaína Marcoantonio, Mariane Janikian. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010, p. 107-147.

LUCCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2013.

MORAES, João Quartim. A Influência do Leninismo de Stalin no Comunismo Brasileiro. In: FILHO, Daniel Aarão et al. **História do Marxismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

MOTTA, Rodrigo Pato de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, 2013, 315 f.

OLIVEIRA, Angela Meirelles. **Palavras como balas: imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, 2013, 331 f.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**; Tradução Dora Rocha. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASCHINI. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998, p. 466-475.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)**. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. 2014. 250 f.

SILVA, Eliana; FONSECA, Alexandre. Ciência, estética e raça: observando imagens e textos no periódico O Brasil Médico, 1928-1945. **Hist. Ciênc. Saúde**. Manguinhos, vol. 20, supl. 1, Rio de Janeiro, nov, 2013. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/hcsm/v20s1/0104-5970-hcsm-20-s-1287.pdf](http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20s1/0104-5970-hcsm-20-s-1287.pdf) Acesso: 01/03/2018.

SPINDEL, Arnoldo. **O que é Socialismo**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1980.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Editora Difusão Europeia do Livro, 1974.